CRIMES CONTRA ANIMAIS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

*Karolaine Débilla da Silva*¹

*Rone Miller Roma*²

RESUMO

Este estudo apresenta uma abordagem sobre os crimes praticados contra animais, os quais são cometidos das mais variadas formas, como: abandono, tortura, mutilações e tantas outras práticas que importam em intenso sofrimento desnecessário. Neste cenário, o seguinte estudo dos maus tratos cometidos contra animais, tem o enfoque nas implicações socioculturais, demonstrando tratamentos degradantes praticados tanto com animais de rua, quanto aos animais domesticados. Adicionalmente, eventos que utilizam animais como atração tais como cavalgadas e desfiles agropecuários, quando os animais são subjugados explicitamente, são camuflados por uma cultura tradicional. Há uma falta de atenção aos crimes de maus tratos contra animais e isto tem se mostrado um sério problema no combate às condutas dessa natureza, já que é visível a quantidade de animais que passam por tais adversidades em variados recintos. Estes se encontram, na maioria das vezes, em situações críticas de completo desrespeito. Válido mencionar que objetivo deste estudo é analisar se as leis vigentes irão coibir as práticas de maus tratos contra os animais abarcando possíveis soluções que poderiam sanar tais atos. Salientando que os animais são detentores de direito que dizem respeito à vida, cuidados, segurança, possuindo proteção a fim de que seja garantido seu bem-estar. Explana-se também sobre a experimentação animal, método que utiliza animais sob o fim de pesquisa, envolvendo procedimento cirúrgico, como é o caso da vivisseção, ou demais testes invasivos que ocorrem com o animal ainda em vida. A pesquisa possui caráter qualitativo, uma vez que apresenta interpretação da realidade em análise.

Palavras-chave: Animais. Crime. Experimentação.

¹ Acadêmica do nono período de Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador, Especialista em Direito Penal. Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia.

1 INTRODUÇÃO

Os Crimes contra animais são práticas recorrentes e ocorrem geralmente em circunstâncias de insensibilidade, quando os animais são expostos a situações em que não conseguem se defender. Na maioria dos casos os maus tratos, objeto central desta pesquisa, não tem uma justificativa, e as motivações são as mais variadas, quase sempre ligadas a um sentimento de desrespeito, indiferença e insensibilidade, externados por atos de pura crueldade.

Além disso, é importante ainda falar sobre a problemática que cerca o presente estudo, a qual tem a seguinte indagação, os diplomas legais vigentes possuem a eficácia necessária para coibir tais práticas degradantes de maus tratos contra os animais?

Desse modo, as hipóteses deste estudo são: a) se houver a reformulação das leis já vigentes contra maus tratos de animais, estas poderão obter maior eficácia com o aumento das penalidades; b) as multas já existentes poderão ser suficientes para reparar o dano causado ao animal; c) as ONGs já existentes que possuem direcionamento para salvar e abrigar animais irão mitigar a quantidade destes nos logradouros e reduzir situações de risco auxiliando as leis vigentes; d) havendo a contribuição da sociedade na posição de fiscalizadores em prol dos animais, poderá ter a possibilidade de reprimir ações que envolvam maus tratos; e e) a criação de um projeto lei, em que o agressor que cometeu maus tratos, além da pena e multa, estaria obrigado a prestar serviços em ONGs, sendo em lares temporários ou definitivos, bem como realizar doação de cesta ração.

Por fim, cabe dizer que este artigo tem como objetivo averiguar através de análises se as leis vigentes conseguem coibir as práticas de maus tratos, visando dar enfoque nas soluções mais viáveis que poderiam de certa forma sanar estes atos, visto que delinear formas de experimentação animal, que muita das vezes trazem sérios riscos aos animais, bem como danos irreversíveis.

5.1 ASPECTOS GERAIS

Pretende-se aqui demonstrar de forma objetiva e clara, a ocorrência desapoderada de maus tratos praticados contra animais, bem como explicar sobre o quão ineficaz vem se mostrado as normas que regulam o presente ato, demonstrando que apesar de não humanos,

estes animais, possuem direitos proporcionais as suas condições, dentre eles o direito à vida, cuidados e proteção afim de que seja garantido a eles segurança e bem estar.

Maus tratos contra animais é um tema de grande importância, porém pouco debatido, além de serem esquecidas normativamente, existindo uma anomia, neste sentido as normas que existem atualmente não conseguem coibir atos como abandonos ou crueldades desmedidas a que são submetidos estes animais, como por exemplo: açoites ou mutilações. Atos cruéis sejam de forma ativa decorrente de agressão e outros, ou por meio de omissão que seria, por exemplo, o abandono, como já citado, envolvem tanto os animais domésticos quanto os silvestres, devendo os seus guardiões ou proprietários zelar pelo bem-estar dos mesmos, garantindo o mínimo necessário. Nesta linha de pensamento os seguintes autores deduzem:

Os seres humanos, por falta de sensibilidade e visando apenas lucros e benefício próprio, foram se aproveitando, ao longo do tempo e cada vez mais, dessa relação obrigatória e desigual, e acabam por abusar, explorar e infligir maus tratos àqueles que historicamente foram conquistados e domesticados por eles e que deveriam, por direito, obter proteção, cuidados e abrigo (SOUZA, PIGNATA, 2014, p. 4).

Dessa maneira, o que mais se vê hoje em dia são os proprietários praticando atos a fim de ferir ou colocar os animais em situações que lhes dificultam a sobrevivência, não é por acaso que o número de animais pelas ruas já só aumentam e já ultrapassam 30 milhões, além do número alarmante de animais extintos que não pode ser desconsiderado.

5.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Segundo Mól e Venancio (2014) a forma que os humanos se relacionam com os animais vem se transformando ao longo dos tempos, já que em décadas passadas definiam-nos como máquinas que não possuíam sentimentos ou que poderiam sofrer. Em um conceito limitado dizia que animais seriam máquinas vivas a serem usados pelos humanos como bem entendessem, explica que quando um animal geme, é um sinal de que há um mau funcionamento no mecanismo e não que o animal esteja sofrendo, bem como seria com uma charrete.

Para Voltaire, o conceito formulado por Descartes era inválido, se posiciona dizendo:

Que ingenuidade, que pobreza de espírito, dizer que os animais são máquinas privadas de conhecimento e sentimento, que procedem sempre da mesma maneira, que nada aprendem, nada aperfeiçoam! Será porque falo que julgas que tenho sentimento, memória, ideias? Pois bem, calo-me. Vês-me entrar em casa aflito, procurar papel e com inquietude, abrir a escrivaninha, onde me lembra tê-lo guardado, encontra-lo, Lê-lo com alegria. Percebes que experimentei os sentimentos de aflição e prazer, que tenho memória e conhecimento. Vê com os mesmos olhos esse cão que perdeu o amo e procura-o por toda a parte com ganidos dolorosos, entra em casa agitado, inquieto, desce e sobe e vai de aposento em aposento e enfim encontra no gabinete o ente amado, a quem manifesta sua alegria pela ternura dos ladridos, com saltos e carícias. Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem e amizade, pregam-no em cima da mesa e dissecam-no vivo para mostrarem-te suas veias mesentéricas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimento de que te gabas. Responde-me maquinistas, teria a natureza entrosado nesse animal todos os órgãos do sentimento sem objetivo algum? terá nervos para ser insensível? Não inquires a natureza tão impertinente contradição (VOLTAIRE, 1778, p.232).

Assim, por gostar de animais, Voltaire (2002) expõe que animais podem sim ter emoções e inclusive entender a relação que tinha com seus donos como sendo amizade desde de sempre.

Mól e Venancio (2014) salientam que é importante esclarecer que a lei referente aos animais no século XIX, diziam respeito apenas aos animais domésticos, já em relação aos animais silvestres a luta passou por constantes avanços na medida em que se conseguiam medidas protetivas de amparo a estes animais, ao passo que na contramão dessas evoluções legislativas também, aumentava o número de animais vítimas do tráfico, o que ocasionou a ameaça a várias espécies, inclusive com o risco de extinção.

Além disso, as leis que visavam impedir, ou pelo menos limitar a caça a fim de restringir esta conduta, são da mesma época das leis protetivas para os animais domésticos. Logo mais a frente foi se permitido a caça com fins esportivos, de modo que não comprometesse as espécies, entretanto o que deveria proteger acabou dando ensejo para a destruição da fauna, o que levou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, declarar contraria a essa pratica, apoiando a proibição da caça esportiva (MÓL e VENANCIO, 2014).

Como expõe Mól e Venâncio (2014), abaixo, as preocupações não pararam nessa simples declaração contraria, pois alguns animais ainda eram usados para fins de trabalhos exaustivos, continuando assim o comportamento de maus tratos, merecendo assim atenção e cuidados para buscar soluções na tutela a estes animais.

Ao longo da história e em diferentes partes do mundo, os cães trabalharam na agricultura puxando arados, ou no transporte, puxando trenós na neve; também foram usados em guerras [...] O problema daí decorrente é que, na maioria das vezes, o animal trabalhador é tratado como uma máquina, e não como um ser vivo [...] (MÓL e VENANCIO, p. 61 e 62).

Diante disso, Mól e Venancio (2014) devem ser entendidos que por mais que tenha sido citado o cão como exemplo, outros animais efetuaram de forma traumática o trabalho de máquinas, antes que a tecnologia avançasse, estes animais eram utilizados nas mais variadas atividades, dentre elas fazendo motores funcionarem, por meio da força física, nas atividades de produção agrícola e industrial e também transportes e quando estes envelheciam, eram simplesmente descartados, isso quando não morriam antes no desempenho das atividades a que eram submetidos, pois não eram reconhecidos como sencientes.

Seres sencientes podem ser definidos como seres que possuem a capacidade de sentir, ou seja, conseguem ter sensações de forma consciente. Importante dizer que o STJ se pronunciou em 2009 sobre a capacidade que os animais têm de sentir e considerou que:

Não há como entender que seres, como cães e gatos, que possuem um sistema nervoso desenvolvido e que por isso sentem dor, que demonstram ter afeto, ou seja, que possuem vida biológica, possam ser considerados como coisas, como objetos materiais desprovidos de sinais vitais. Essas características dos animais mais desenvolvidos é a principal causa da crescente conscientização da humanidade contra a prática de atividades que possam ensejar maus-tratos e crueldade contra tais seres (RE nº 1.115.916 – MG – 2009/000585 - 2).

Desse modo, cabe dizer que o exagero de trabalho causa dano aos animais, provocando seu sofrimento, e nos dias atuais não tem sido diferente, utilizam os animais sem se preocupar com o bem estar destes, que são colocados a cumprir uma rotina de trabalho, usados em experimentos, e também obrigados a se apresentar em cavalgadas e eventos culturais, onde expostos ao sol quente, sem muita das vezes sermos lhes oferecido descanso ou alimentação.

5.3 ALGUMAS ESPÉCIES DE MAUS TRATOS

Sabe-se que, são constantes as violências contra os animais, das mais variadas formas que se possa imaginar e descrever, o que se tornou uma prática comum nos dias atuais, podendo ser definido como formas de agressões gratuitas e desnecessárias, com práticas de

torturas, mutilações, matanças injustificadas ou lesões cruéis, resultando no sofrimento a estes animais (ALMEIDA, 2011).

De acordo com Suzin (2014) os maus tratos aos animais é toda forma que resulte em fazer ou deixar de fazer, de forma dolosa ou culposa, sendo no lar que residem ou lugares públicos, usando de meios cruéis e abusivos, por meio de experimentação científica, trabalhos excessivos e até mesmo forçados, além dos meios mais comuns que se conhece, como os cativeiros e prisões que ensejam condições degradantes, o abandono em situações lamentáveis, animais mutilados, exaustos, com fome, e até mesmo mortos, são meios que podem ser intitulados como maus tratos e que são injustificáveis sejam quais forem as circunstâncias.

5.3.1 Abandono

Uma das principais formas de maus tratos é o abandono de animais, dentre esses cães e gatos, intitulados como animais domésticos, adquiridos ainda quando filhotes, por meio da compra, adoção, ou mesmo, quando nascem em suas residências, nascidos de outros animais que são criados na casa como domésticos (ALMEIDA, 2011, p.43).

De acordo com Almeida (2011), é natural vermos hoje o grande número de animais que vivem nas ruas, nas condições de abandono e, tudo se inicia no lar doméstico, onde estes animais se encontravam inicialmente, pois eram criados em casas, mas por uma eventualidade foram simplesmente deixados nas ruas a própria sorte.

Conforme o entendimento de Souza e Pignata (2014) na medida em que os animais são vítimas de atropelamento e crueldades, os animais abandonados constituem um grave problema de saúde pública, pois como se sabe são os principais reservatórios e transmissores de raiva e leishmaniose visceral, retratando uma questão ambiental importante.

Entretanto o que intriga alguns doutrinadores é a visão do ser humano para com o animal, que se limita a entender o animal como um objeto, descartável. Para Santana e Marques

Esse quadro se agrava a cada dia, pois são milhares de cadelas e gatas parindo, aproximadamente, a cada três meses de gestação, dificultando o controle. Essa superpopulação abre as portas para um grande número de maus tratos em que os animais são surrados, envenenados e passam fome e frio. Devido a essas condições precárias, cães e gatos de rua se tornam

vetores de doenças para a população humana (SANTANA e MARQUES, 2001, p.1).

Ademais, há casos de animais que são postos para fora da casa a qual pertenciam, por estarem velhos de mais, e já não conseguirem arcar com o trabalho excessivo a que eram submetidos, tornando-se inúteis para seus proprietários. É importante dizer que são inúmeros casos de abandonos no Brasil, como mencionados anteriormente, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) são mais de 30 milhões de animais dentre gatos e cães, visto que alguns humanos tentam justificar os motivos que os levaram a praticar tal ação, todavia, nenhum argumento consegue justificar a falta de respeito para com os animais (SUZIN, 2014, p.35).

5.3.2 As experiências laboratoriais e abuso animal

Importante dizer que foi diante do pensamento de René Descartes que a utilização de animais para fins experimentais se iniciou, sob a ótica de que seria útil e necessário a medicina, pois Descartes pregava que os animais não sofriam, pois se assemelhavam a máquinas destituídas de sentimento (MÓL e VENANCIO, 2014, p.16).

Todavia, o homem que era presenciador da natureza, passou a interferir nesta, no sentido de transformar aquilo que já existia e também de criar, fazendo com que a natureza perdesse seu modo original e estático, nesse sentido sua ganância por dominá-la foi crescendo com o passar dos anos, facilitada pela constante evolução científica, buscando sua própria melhoria de vida ou prolongá-la (SANTOS, 2015, p. 27).

Santos (2015) tem um pensamento crítico em relação a isso, ao expõe que no começo a relação do homem com o animal era tranquila, já que servia de alimento e vestuário para questão de sobrevivência, logo após veio a vontade e até mesmo necessidade de domesticá-los, no qual entende ele ser uma troca de vantagem, já que os animais lhe forneciam proteção e transporte, e os humanos lhe dava em troca alimentação, abrigo contra os predadores, e também lugar para repouso, criando o que ele chama de contrato natural.

Com o crescente avanço da ciência o homem passou a olhar para a natureza com outros olhos, usar deste como instrumento para melhorar sua condição de vida, nessa perspectiva os animais passaram a ser utilizados como de fato como instrumentos, na tentativa de obter novos conhecimentos e produtos. Mais tarde os cientistas passaram a concordar que a

experimentação animal deixará de ser mera curiosidade, passando na visão deles ser útil e fundamental, porém na medida em que isso ocorre os animais sofrem danos, muita das vezes irreversíveis (SANTOS, 2015, p. 28).

Assim, a experimentação animal pode ser conceituada como qualquer método que utiliza animais sob o fim de pesquisa, envolvendo procedimento cirúrgico, como é o caso da vivisseção, ou demais testes invasivos que ocorrem com o animal ainda em vida, visto que é exposto:

Mesmo nos estudos e pesquisas de drogas consideradas importantes para a saúde do ser humano, é necessário que se investigue todos os métodos alternativos ao uso de animais, pois atualmente já existente essa escolha [...]. Em muitos países da Europa e Estados Unidos, os experimentos com animais em escolas de ensino foram abolidos no Brasil, embora exista uma lei que os proteja, experimentos com animais ainda continuam a ser utilizados (SUZIN, 2014, p.19 e 20).

Além disso, é importante mencionar que os alunos praticam estudos em animais vivos como meio de aprendizado, podem aprender da mesma forma por meios alternativos, conforme seu entendimento:

Foram feitas várias pesquisas e notou-se que os estudantes que utilizaram os métodos alternativos alcançaram o mesmo ou até mais alto nível de aprendizado que os alunos que usaram os métodos convencionais de vivisseção, visto que o corpo, sistema nervoso, ossos, circulação sanguínea, etc., dos animais, são muito diferentes do ser humano. Raramente possuímos a mesma resposta fisiológica que um animal frente a um mesmo estímulo (ALMEIDA, 2011, p.27).

Destarte, são inúmeros os animais que perdem suas vidas a partir de experiências de formas cruéis, onde são postos a passar por testes: comportamentais, cirúrgicos, neurológicos e tantos outros, sendo procedimentos que não lhes dão garantiam de vida, ensejando total desrespeito para com centenas de animais (ALMEIDA, 2011, p. 32).

Uma das formas mais comuns de cometer maus tratos aos animais se funda com o aprisionamento, como se sabe vários pássaros que são presos em gaiolas, isso advém de um costume que os europeus tinham e isso se propagou no tempo, fazem isso com vários tipos de aves, como periquitos, papagaios, cacatuas entre outros (MÓL e VENANCIO, 2014, p.73).

Como já dito, essa é uma prática ainda atual, visto como sendo uma maneira que o ser humano encontrou de ter pra si aquilo que tanto deseja, e por medo de que estes animais vão-se embora, julgam que a melhor medida seja a de prendê-los (MÓL e VENANCIO, p.74).

É importante ressaltar que em alguns casos a legislação brasileira permite que tais animais sejam criados desta forma, e o IBAMA é o órgão responsável por esse controle e fiscalização, tendo consigo listas de comerciantes autorizados, na busca de uma proteção eficaz a estes animais (MÓL e VENANCIO, p. 75).

A prática de aprisionar os animais em gaiolas trouxe um prejuízo sem tamanho, pois tal ato ocasionou a extinção de várias espécies, e milhares de outras estão elencadas como ameaçadas de extinção, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, que explica que todos os dias vários espécies de animais desaparecem no planeta, e muitas dessas espécies são extintas mesmo antes de serem estudadas ou conhecidas pelo serem humanos (MÓL e VENANCIO, p.76).

Há algumas penalidades que poderiam ser aplicadas a estes comportamentos degradantes contra os animais, conforme:

A guarda doméstica de pássaros silvestres sem autorização do órgão competente é crime ambiental. A pena para quem comete tal crime é de detenção de seis meses a um ano, assim como o pagamento de multa. O perdão judicial pode ser concedido somente naqueles casos em que a espécie não estiver ameaçada de extinção (MÓL e VENANCIO, 2014, p. 79).

Por mais tenhamos a aplicabilidade de penalidade, a mesma não consegue ser capaz de resolver o problema por si só, pois vemos que o fato vai além de uma simples punição, mas seria uma questão de conscientização do ser humano em relação aos animais, ou seja, a coletividade absorver a mudança de pensamento de que o animal não é um objeto para compra e venda, e sim seres vivos dotado de inteligência e sentimentos (MÓL e VENANCIO, 2014, p.17 e 18).

5.4 Atos que configuram maus tratos e suas punições

Como se sabe, a utilização do Direito Penal para garantir total proteção para o meio ambiente se mostra cada vez mais necessária, já que as penalidades referentes aos maus tratos contra animais não conseguem ser efetivas para coibir tal ato. Analisando a lei federal nº 9.605/98, em seu artigo 32, expõe que aqueles que praticam maus tratos contra qualquer animal, a pena será detenção de três meses a um ano e multa, visto que se ocorrer morte, a sanção será aumentada de um terço a um sexto (BRASIL, 1998).

Art.32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena- detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal (BRASIL, 1998).

Todavia, sabemos que crimes, cuja penalidade seja de até dois anos, e o acusado, tenha bons antecedentes, o Ministério Público poderá propor a transação penal, tendo em vista previsão legal na lei dos juizados especiais criminais. Assim, caso o réu aceite, e com decisão positiva do juiz, aplica-se de imediato, pena restritiva de direitos ou a multa, e não se implicará reincidência, somente não haverá permissão para que se aplique o mesmo benefício pelos próximos de cinco anos (ALMEIDA, 2011, p.38).

Como se sabe a preservação do meio ambiente foi negligenciada por muitos anos, o que tardou a proteção dos animais trazendo todo o transtorno que já vimos ou ouvimos falar, é válido dizer que a tutela referente aos animais silvestres passou por uma longa revolução histórica em termos jurídicos, porém há meios legais que visam amparo para com estes, que é o caso do art. 39 da lei dos crimes ambientais (Lei 9605/98):

Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Entretanto, apesar de haver amparo continua acontecendo desmatamento, o que interfere no habitat dos animais silvestres, ocorrendo por exemplo com que muitas aves percam ninhos e dentre tantos outros animais fiquem prejudicados. Tem-se que ser observado então que além de leis vagas e pouco drásticas, continua ainda ocorrendo desmatamento e ainda grandes chances de que quem venha a cometer os crimes fique impune.

Dessa forma, todos os traumas sofridos pelos animais que passaram por explorações, dores, lesões ou até mesmo morte, possuem grandes chances de ficarem impunes, embora haja punição é como se não houvesse, pois a efetividade desta não ocorre e o autor continuará praticando atos semelhantes, já que a lei não consegue reprovar seu ato criminoso de forma eficaz (ALMEIDA, 2011, p. 39).

Outro exemplo, e não muito diferente está presente na Lei Federal nº 3.688/41, onde em seu artigo 64 prevê a aplicação da pena de prisão simples, referente há dez dias a um mês, ou multa de R\$ 8.928.571,43 para atos que se configure em tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo. Visto que essa pena poderá ser aumentada pela metade se os presentes atos forem feitos em lugares públicos, por meio de espetáculo, e inclui-se á aqueles que praticam a vivisseccão em público (BRASIL, 1941).

Art.64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:

Pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis.

§ 1º Na mesma pena incorre aquele que, embora para fins didáticos ou científicos, realiza em lugar público ou exposto ao público, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo.

§ 2º Aplica-se a pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público. (BRASIL, 1941).

Todavia, da mesma forma que foi mencionada na lei anterior, pode ocorrer nesta também, ou seja, haverá a alternativa da substituição da pena privativa de liberdade em *sursis* processual.

É importante destacar que nem sempre os crimes contra os animais chegam ao conhecimento das autoridades, seja por ignorância da sociedade que considera estes atos normais, seja pelo medo de denunciar, ou ainda por desconhecem as formas de denunciar (SUZIN, 2011, p.33).

Assim, todos devem entender que possuem deveres tanto morais quanto legais de denunciarem qualquer que seja o caso que incida em violência ou agressões para com os animais, casos em que ocorram ameaças também devem ser comunicados as autoridades públicas, estas não agindo incidirão na omissão, que é penalmente relevante, por serem garantidoras (SUZIN, 2011, p. 32).

Tratando-se de animais silvestres, a denúncia deverá ser feita da mesma forma, porém também deve ser feito na polícia florestal e ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). Importante esclarecer que o cidadão que faz o relato do ato criminoso não será o autor do processo judicial, neste caso será o Ministério Público, dado que tanto o meio ambiente quanto os animais são tutelados pelo Estado (ALMEIDA, 2011, p.40).

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar se as leis vigentes irão coibir as práticas de maus tratos contra os animais abarcando possíveis soluções que poderiam sanar tais atos. Salientando que os animais são detentores de direito que dizem respeito à vida, cuidados, segurança, possuindo proteção afim de que seja garantido seu bem-estar.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir os crimes contra animais, a fim de esclarecer cada um e dando a devida importância necessária;
- Analisar as punições já existentes para tais práticas referentes aos maus tratos contra animais;
- Demonstrar através da pesquisa que existem meios alternativos, cujo podem ser usados para impedir os experimentos feitos em animais, com a finalidade da criação de produtos.

7 METODOLOGIA PROPOSTA

O presente trabalho será feito por meio de pesquisa bibliográfica, de caráter quantitativo, usando de doutrina, livros, códigos, projetos, leis, jurisprudências e monografias e outras matérias necessários que venha a acrescentar informações relevantes com a finalidade de um trabalho final excelente. Segundo o doutrinador Gil (2008, p.50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, já pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidas como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica e análise de conteúdo.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica é à base de sustentação para com este trabalho, tendo em vista que foi utilizado o saber teórico para embasar e aprofundar sobre o tema.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se sabe ao longo da história, o homem veio a se relacionar com outras espécies de vida que habitam este planeta. Esta forma de relacionamento veio passando por constantes

modificações, onde o ser humano evoluiu consigo mesmo e também passa a ter a consciência de si e do outro, sendo assim, começa a ligar a empatia a responsabilidade.

De acordo com tudo que se foi mostrado aqui, é válido dizer que Mól e Venancio (2014) expõe que a proteção jurídica dos animais é uma dimensão importante da cidadania socioambiental, visto que o Brasil em se tratando desta temática abarca um movimento social com raízes históricas bem antigas, tendo referência até mesmo do século XIX, o qual diz respeito aos animais do meio urbano.

Segundo o Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMbio), o Brasil tem uma das faunas mais ricas e diversificadas do mundo, porém demorou muito para que a sociedade tomasse consciência dos cuidados referentes aos animais, levando em consideração que alguns países já evoluíram de forma progressiva em termo de legislação do Direito dos Animais.

O Brasil encontra-se em uma posição inferior, tendo em vista que sua evolução nesse assunto, apesar de estar acontecendo gradativamente, não atende às expectativas em razão de ser superficial e muito lenta.

Mól e Venancio tem um posicionamento sobre um assunto que é pouco observado, sendo este sobre eventos agropecuários que geralmente são mascarados por um costume que muitas das vezes gera mal estar ao animal:

“...O mesmo não podemos afirmar em relação a outras manifestações culturais, nas quais os animais são submetidos à crueldade. Isso ocorre com determinadas praticas que, consideradas “tradições culturais”, tentam justificar por isso a violência em relação. (MÓL e VENANCIO, 2014, p. 89)

Desse modo, todos os anos os eventos agropecuários, festas tradicionais principalmente na região centro-oeste do país, exibem e comercializam animais em leilões, rodeios e cavalgadas. A irresponsabilidade e impunidade trazem a inobservância do bem-estar animal, implicando sérios riscos a estes, causados especialmente em razão da negligência de organizadores, proprietários e inclusive autoridades públicas competentes, o que provoca graves traumas físicos e psicológicos a estes animais.

Há que se dizer que a proteção animal é na maioria dos casos simbólica, uma vez que a lei que regulamenta o assunto é falha e ineficiente. Além disso, o problema do crescente número de animais abandonados nas ruas ou sem lar definitivo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), ultrapassa mais de 30 milhões de animais.

Além disso, sabe-se que a filantropia não é regra em nosso País, tratando-se de uma exceção, e os animais que são abrigados nestes estabelecimentos, acarretam despesas altas

para mantê-los com as mínimas condições de sobrevivência, e, muitas vezes, doações não são suficientes para suprir todas as necessidades básicas destes animais, bem como os tratamentos clínicos gerais e psicológicos.

Por fim, apesar de o assunto ser pouco debatido no campo acadêmico, merece bastante atenção, visto que a prática de maus tratos contra animais nas suas mais variadas formas, inclusive no seu abandono é tratada como crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o intuito de trazer informações sobre crimes contra animais e suas implicações no meio sócio cultural levando em consideração as dificuldades legais de penalização que comumente se vê.

Além do mais, teve como objetivo analisar sobre a necessidade de dar mais atenção as leis vigente e também de explorar de que forma essa situação de maus tratos que vem acontecendo frequentemente poderia mudar.

Destarte que, foi realizado uma análise acerca de algumas informações, dentre estas o número de animais que estão desabrigados segundo a estimativa da OMS, também sobre o esclarecimento de procedimentos onde os animais são usados sob o fim de pesquisa e o que a lei vem dizer sobre esse tipo de crime.

Diante do exposto, resta claro que, a quantidade de animais abandonados vem aumentando gradativamente e o números de maus tratos acontecendo dia após dia, onde o que temos como fundamento e base é a lei, e esta não vem conseguindo sanar o problema, tendo em vista que muitas das vezes a omissão do poder público diante da falta de política pública para com tal assunto.

Muitas das vezes o próprio órgão ambiental competente é omissivo, há prevaricação, tendo em vista que o agente público segue pela linha de raciocínio do abate de animais sob fins de alimentação ou proteção da propriedade, sendo assim simplesmente deixa de aplicar a legislação. Além do mais, há que se dizer que há políticas públicas e os próprios agentes apoiam a caça alegando ser caça de controle populacional, o que não faz sentido, uma vez que esse tipo de grupo de caça acabam sendo caçadores profissionais já que matam por prazer.

No mais, é válido mencionar que o tráfico de animais silvestres é o terceiro maior do mundo, só perde para o tráfico de armas e tráfico drogas, diante disso é muito importante falar que a doação de animais silvestres é crime, um animal silvestre só pode ser doado na condição

de criadouro autorizado, como por exemplo o passeriformes, que são criadouros de pássaros cadastrados no IBAMA que recebe um animal do outro atrás de doação ou troca de animal, visto que a doação voluntária feita por pessoas para o órgão ambiental não é crime, e está prevista na legislação de crimes ambientais.

Por fim, a intenção deste artigo é de forma pacífica e coletiva fazer uma manifestação através de informações e esclarecimentos, afim de promover iniciativas para que a própria legislação seja cumprida, ainda apontar falhas que vem ocorrendo, demonstrar que deve haver uma sensibilização de cunho socioeducativa, na qual deve ser entendida como prioridade devendo ser observada essa questão na agenda política do nosso tempo.

CRIMES AGAINST ANIMALS AND THEIR SOCIOCULTURAL IMPLICATIONS

ABSTRACT

This study presents an approach to crimes committed against animals, which are committed in a variety of ways, such as: abandonment, torture, mutilation and so many other practices that matter in intense unnecessary suffering. In this scenario, the following study of mistreatment of animals has focused on socio-cultural implications, demonstrating degrading treatment of both domesticated and domesticated animals. In addition, events that use animals as attractions such as horseback riding and agricultural parades, when animals are explicitly subjugated, are camouflaged by a traditional culture. There is a lack of attention to the crimes of mistreatment against animals and this has been a serious problem in the fight against the conduct of this nature, since it is visible the amount of animals that go through such adversities in varied enclosures. These are, in most cases, in critical situations of complete disrespect. It is worth mentioning that the objective of this study is to analyze if the existing laws will curb the practices of mistreatment against the animals, encompassing possible solutions that could cure such acts. Emphasizing that animals are holders of rights that relate to life, care, security, and have protection in order to ensure their well-being. It is also explained about the animal experimentation, a method that uses animals for the purpose of research, involving surgical procedure, as is the case of vivisection, or other invasive tests that occur with the animal still in life. The research has a qualitative character, since it presents an interpretation of the reality under analysis.

Keywords: Animals. Crime. Experimentation.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elga Helena de Paula. Maus Tratos Contra Animais. 2011. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-6af3820de5a189e22636c6592e24d805.pdf>> Acesso em: 20 de setem. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei nº 3.688, 3 de outubro de 1941. Não paginado. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm>. Acesso em: 6 setem. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998. Não paginado. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 6 setem. 2018.
- BRASIL. Superior Tribunal Justiça. 2ª Turma. Recurso Especial nº 1.115.916/MG. Administrativo e ambiental – centro de controle de zoonose – sacrifício de cães e gatos vadios apreendidos pelos agentes de administração – possibilidade quando indispensável à proteção da saúde humana – vedada a utilização de meios cruéis. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6040734/recurso-especial-resp-1115916-mg-2009-0005385-2>> acesso em: 20 de setem. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6º. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: 14 de setembro de 2019
- KEILA, M. A arte e a técnica da produção científica. Goiânia: Deescubra, 2002.
- LIMA, P. S. Maus tratos contra animais. 2014. Disponível em: <http://tcconline.utp.br/media/tcc/2014/08/MAUS-TRATOS-CONTRA-ANIMAIS.pdf>> Acesso em: 20 de setem. 2018.
- MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.
- MÓL, S.; VENANCIO, Renato. *A proteção jurídica aos animais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- SANTANA L. R., MARQUES M. R. Maus tratos e crueldade contra animais nos centros de controle de zoonoses: aspectos jurídicos e legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública. Salvador, 2001. Disponível em: Acesso em: 20 setem. 2011.
- SANTOS, C. I. *Experimentação animal e Direito penal: o crime de crueldade e Maus-Tratos à Luz da Teoria do Bem Jurídico*. Curitiba: Ed. Juruá, 2015.
- SOUZA, K. L.; PIGNATA, M. I. B. Disponível em: <https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/TCEM2014-Biologia-KarollynaLAGaresSouza.pdf>> Acesso em: 20 de setem. 2018.
- VOLTAIRE. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.